



Dom Francisco Javier Delvalle Paredes
Por mercê de Deus e da Sé Apostólica, Bispo de Campo Mourão

CARTA PASTORAL
Misericordes sicut Pater
SOBRE O “ANO DA MISERICÓRDIA”

Proêmio

1. *Misericordes sicut Pater*. Misericordiosos como o Pai, eis o convite ao qual a Igreja nos chama doravante. Caríssimos irmãos e irmãs, abeirando-nos ao 50º aniversário da conclusão do Concílio Vaticano II (1962-1965), somos convocados pelo Papa Francisco à celebração de um Jubileu extraordinário. Jubileu destinado a reavivar na Igreja o sentido da misericórdia divina, fazendo-nos redescobrir o valor que esta palavra possui para a fé cristã e para a ação eclesial. Com efeito, na ação da Igreja prolonga-se o agir do próprio Cristo, esplendor e epifania do rosto misericordioso do Pai.

2. Trata-se de um “Jubileu extraordinário” porque será celebrado fora da tradicional cronologia dos jubileus. No dia 11 de abril de 2015, 2º Domingo da Páscoa, também chamado “Domingo da Misericórdia”, Papa Francisco nos presenteou com a agradável notícia do Ano Jubilar. Fê-lo através da Bula *Misericordiae Vultus* (O rosto da misericórdia). Pelo mundo a notícia repercutiu com o apreço de toda a Igreja. Também a Igreja particular de Campo Mourão, congregada na unidade com o Bispo de Roma e as demais dioceses espalhadas pela terra, se propõe viver bem essa hora carinhosamente preparada por Deus.

3. Desejo, portanto, mediante esta carta pastoral, apresentar algumas reflexões importantes à feliz e frutuosa participação neste momento histórico que ultrapassa a história, apontando-nos o caminho do infinito. Realmente, se desejamos ser Igreja viva, sintonizada com os desafios da hora presente, precisamos da força capaz de gerar perseverança. Nada melhor do que a experiência da misericórdia para formar em nós a imagem do “homem novo” nascido no Mistério Pascal. Além disso, desta experiência provém a humildade que nos permite ser Igreja segundo a modalidade do “Bom Samaritano”. Cristo nos amou quando ainda éramos pecadores (Rm 5,6), ensinando-nos que a redenção é graça a ser acolhida pela vontade humana. Graça oferecida pela misericórdia de Deus que jamais esquece seu povo (cf. Lc 1,54).

4. Em espírito fraterno partilho com a Diocese de Campo Mourão parte daquilo que trago no coração diante de tão grande acontecimento que estamos para celebrar. Almejo que desta partilha brote bons sentimentos, entusiasmo e disposição corajosa, a fim de celebrarmos na sinceridade e na verdade este tempo de graça.

1. O “Jubileu” na história

5. Para entendermos em profundidade o significado do acontecimento que nos aguarda, convém regressar às páginas da história. A mística do “Jubileu”, ou do “Ano Jubilar”, conforme dizemos, é produto da religiosidade do Antigo Testamento. Em Lv 25,10 lemos a solene proclamação do Senhor a Moisés no Monte Sinai: “Declarareis santo o

quingüagésimo ano e proclamareis a libertação de todos os moradores da terra. Será para vós um jubileu: cada um de vós retornará a seu patrimônio, e cada um de vós voltará a seu clã”. Nasce esta experiência do encontro entre a vontade salvífica de Deus e a necessidade do povo por Ele criado e convocado à libertação. Deus fala a Moisés no Sinai, o Monte por excelência no Antigo Testamento. Vemos por esse versículo que Deus não se pronuncia em seu favor, mas tendo em vista a necessidade do povo. O quingüagésimo ano há de ser jubileu para os filhos de Israel, período marcado pelo regresso à condição originária da vida e das relações. Temos neste versículo três indicações precisas com relação à mística jubilar na tradição veterotestamentária.

6. Primeiramente a ideia de libertação. Mais que uma ideia é a dinâmica do plano salvífico que tem em Cristo sua plenitude. O evento fundante na história do Povo de Deus consiste na Páscoa, marcada pelo Êxodo da escravidão egípcia tendo em vista a terra prometida. No decorrer dos quarenta anos no deserto multiplicaram-se as infidelidades do povo para com seu Deus. Este, porém, fiel e clemente, não o abandonou à triste sorte da incredulidade, mas fez crescer sua consciência, desvelando-lhe a motivação da verdadeira liberdade. Nesse sentido, o Ano Jubilar quer nos reconduzir à compreensão da misericórdia como libertação. Fomos libertados do pecado no Mistério Pascal de Jesus. Tal libertação nos colocou de novo em comunhão plena com Deus. Desta comunhão nasce a nova compreensão que o cristão precisa ter da própria humanidade e da dignidade inerente a cada pessoa. Sejamos, pois, libertados da visão egoísta que nos faz ver o mundo como se nada existisse além de nós mesmos. Livres do pecado que não nos permite contemplar a realidade tal como ela é, nos tornemos homens e mulheres capazes de possuir coração dilatado no amor.

7. Em segundo lugar, o versículo do Levítico fala da devolução do patrimônio a seus primeiros cultivadores. A terra é de Deus, por isso ninguém tem autoridade para aliená-la. Assim compreendia a cosmovisão antiga, não concebendo a possibilidade de transformar a terra em objeto mercantil. Lógica bem diferente do que assistimos no presente, quando o monopólio da riqueza nas mãos de poucos conflui na depauperação da maioria fadada à miséria e à marginalização. Recentemente Papa Francisco publicou a Encíclica *Laudato si* (Louvados sejas), sobre o cuidado da casa comum. Neste documento, incluído na Doutrina Social da Igreja, o Papa afirma que “o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que tem a ver com a degradação humana e social” (LS, 48). Sob esse prisma, o jubileu que iniciaremos quer ser convocação a reavaliarmos também nossa postura frente o ambiente e o local do ser humano nele. Conscientizarmo-nos do caráter orgânico inerente ao criado. Se contemplamos a terra através das lentes da exploração, não teremos a mínima resistência em explorar também os que a habitam. Consequências trágicas advêm desta postura degenerada, dentre as quais grita com força o perigo da autodestruição tanto psíquica quanto biológica do próprio ser humano.

8. Finalmente, o terceiro aspecto a destacar na mística jubilar exposta em Lv 25,10 diz respeito à dinâmica do relacionamento. Diz Deus a Moisés: “e cada um de vós voltará a seu clã”. O jubileu é, portanto, o ano do grande retorno, ano marcado pela ternura do reencontro, pelo aconchego do sincero perdão. Voltar a seu clã, ou seja, à sua família, consiste em regressar ao impulso originário que nos chamou à vida. Seja para nós o jubileu da misericórdia momento de corajoso empenho no reencontro com Deus e com a família humana. Reencontremos o Deus verdadeiro, sempre disposto a nos surpreender ao agir com misericórdia. Aqui não poderia omitir a lembrança da catequese do Papa Francisco na audiência geral de 26 de agosto de 2015: “Pensamos em Deus apenas como um Ser imenso, o Onipotente que tudo criou, o Juiz que tudo vê e controla? Ou vemos Deus como uma carícia que nos dá e mantém a vida, uma carícia da qual nem a morte nos pode separar?” Pensamento simples e profundo ao mesmo tempo. O retorno de que nos fala o livro do Levítico refere-se

também ao resgate do Deus ternura que nos chama a viver conforme seu coração. Assim impostada a fé, também as relações humanas se transformam, pois vencido o verticalismo religioso que dispensa o caráter comunitário da religião. Se voltamos ao Deus verdadeiro, façamos igual volta à caridade autêntica, ao amor fraterno, à vitória da comunhão sobre o egoísmo, da esperança sobre uma compreensão fatalista da história e do perdão sobre o ódio que dissipa a paz.

9. Na plenitude dos tempos Deus enviou o seu filho nascido de mulher (cf. Gl 4,4). Com isso entramos no perene jubileu da salvação. Aliás, o próprio Jesus reconheceu sua missão no mundo como tarefa jubilar. Foi Lucas quem conservou esta memória, recordando que ao iniciar seu ministério público Jesus repetiu as antigas palavras do profeta Isaías: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor” (Lc 4,18-19.).

10. Trata-se de enunciado programático com a finalidade de antecipar a profundidade da ação salvífico-libertadora do Filho de Deus entre os homens. Empregando estas palavras de Isaías, Jesus aproxima a mística jubilar da esperança messiânica. As expectativas passadas se cumpriram na pessoa mesma de Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Sua vida, palavras e obras atestam que a humanidade realmente não foi abandonada por seu Deus. N’Ele está o rosto misericordioso do Pai e a síntese da fé cristã (cf. *Misericordiae Vultus*). Percorrendo as páginas dos quatro evangelhos nos damos conta de quão certa é essa afirmação. Neles Jesus aparece em contínua relação. Caminhando pela Galiléia e Judéia, pregando, curando, perdoando, consolando e despertando a fé dos corações sensíveis. Sua ação sinaliza o grande jubileu pautado no misterioso encontro entre Deus e a humanidade na pessoa do Filho encarnado.

11. A Igreja, por sua vez, enviada para perpetuar a missão de Cristo na história, nunca desistiu de repropor às gerações a grandeza e a ternura deste Mistério de amor. Diversas formas e linguagens foram empregadas ao longo dos séculos com vistas à concretização do mandato do Senhor: “Ide, e fazei que todas as nações se tornem discípulos” (Mt 28,19). Na história da Igreja a pedagogia jubilar surge como linguagem destinada a falar ao coração dos cristãos, abrindo-o à graça do amor e da salvação.

12. O primeiro jubileu da cristandade foi convocado pelo Papa Bonifácio VIII, para o ano de 1300, mediante a Bula *Antiquorum fide relatio*. A transição do séc. XIII para o XIV apresentou sérios desafios à Igreja, de ordem política, teológica, doutrinária e disciplinar. Por ocasião deste primeiro jubileu cristão, numerosos contingentes de peregrinos dirigiram-se a Roma para venerar os túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo. Deste modo, configurou-se em evento marcado pela piedade popular e pelo sentido de comunhão entre a Igreja de Roma e os cristãos espalhados pelo mundo. Bonifácio VIII prescreveu que o ano jubilar fosse celebrado a cada século. Entretanto, em 1350 Clemente VI convocou um jubileu extraordinário, fazendo que mais tarde Bonifácio IX estabelecesse a celebração jubilar a cada cinquenta anos. Finalmente, em 1475 o Papa Sixto IV estabeleceu o intervalo de 25 anos para a celebração, denominando a ocasião de “Ano Santo”, costume se conservou até nossos dias.

13. Na aurora do segundo milênio tivemos o grande jubileu dos 2000 anos do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. São João Paulo II abriu a “Porta Santa” na Basílica de São Pedro no Natal de 1999. Este gesto, que atesta a força do símbolo, remonta ao Ano Santo de 1500, quando Alexandre VI o fez pela primeira vez na Basílica Vaticana. Cristo mesmo se intitulou “a porta das ovelhas” (cf. Jo 10,9). Assim sendo, o símbolo da Porta Santa evoca a centralidade de Cristo no Mistério da redenção do gênero humano. Passar por ela quer ser festivo recordo da graça batismal, quando mergulhados na morte com Cristo ressuscitamos com ele para a vida. Papa Francisco abrirá a Porta Santa na Basílica São Pedro a 8 de

dezembro, na comemoração do 50º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II. No dia 13, 3º Domingo do Advento, a Porta Santa será aberta na Basílica de São João do Latrão e em todas as catedrais do mundo. Em Campo Mourão o momento solene terá lugar na Catedral São José durante a Missa das 9h 30min do dia 13 de dezembro. Hora de fecunda espiritualidade eclesial e unidade povo de Deus ao redor de Jesus Cristo, pastor eterno da Igreja.

14. Por fim, convém salientar que o ano santo da misericórdia é jubileu extraordinário porque acontece fora do ciclo de vinte e cinco anos estabelecidos desde os tempos de Sixto IV. João Paulo II já havia convocado um jubileu extraordinário para o ano de 1983, comemorando o 1950º aniversário da Redenção, isto é, da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor. É tempo de graça e de reconciliação, de escuta de Deus que nos fala na Palavra e na vida.

2. O “Ano Santo da Misericórdia”

15. Em contexto festivo surge o jubileu da misericórdia, marcando o 50º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II. Este Concílio, maior e mais participado evento eclesial da história, caracterizou-se pela solidariedade misericordiosa. Suas Constituições, decretos e declarações estão plenos do desejo de oferecer ao mundo o diálogo e o auxílio necessário à fragilidade da humanidade que sofre. São João XXIII, Papa que convocou o Concílio, homem de profunda vida interior, quis abrir mão das antigas condenações e severidades, dando a conhecer o rosto materno da Igreja que sabe cuidar, zelar com ternura e indicar com serenidade o caminho da vida. Pensando nisso, disse proverbialmente na abertura da assembleia conciliar, a 11 de outubro de 1962: “Nos nossos dias, a Esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade. (...) A Igreja Católica, levantando por meio deste Concílio Ecumênico o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade com os filhos dela separados” (*Discurso Gaudet Mater Ecclesia*).

16. Paulo VI, incumbido de fazer prosseguir o evento convocado e aberto por João XXIII, exerceu sua missão com ponderada segurança, não deixando perder a intuição original do falecido “Papa Bom”. Passados cinquenta anos desde a conclusão do Concílio Vaticano II, eis que o Espírito Santo suscita na Igreja o Papa Francisco, irmão nosso da latino-américa. Homem sintonizado com os dramas das sociedades, com o sofrimento dos pobres e a enfermidade da injustiça que esmaga a vida de milhões de filhos de Deus. Desde sua eleição, a 13 de março de 2013 e início do pontificado (19 de março de 2013), Francisco tem oferecido muitas pistas de reflexão e ação para a Igreja presente em todo o mundo. Mais do que falar, tem usado a vida e a coerência para comunicar sua mensagem e seus ideais pautados no Evangelho.

17. Mais do que dissertar sobre a fé, Francisco se propõe viver a alegria do Evangelho relembrando-nos instantaneamente o papel central da misericórdia no plano de Deus e na missão da Igreja. Assim sendo, o Ano Santo a ser iniciado em breve sintetiza e recapitula os passos dados pela Igreja nos últimos anos, tendo como sucessor de Pedro a cativante figura do Papa Francisco. A Bula *Misericordiae Vultus*, mediante a qual foi convocado o jubileu, é rica e tem muito a dizer a cada um de nós. Nela o Papa afirma que proclamou o jubileu extraordinário da misericórdia “como tempo favorável para a Igreja, a fim de se tornar mais forte e eficaz o testemunho dos crentes”. Tal eficácia diz respeito à capacidade de o cristão fixar os olhos na misericórdia, tornando-se a si mesmo sinal eficaz do agir do Pai.

18. Ao longo da Bula *Misericordiae Vultus* Papa Francisco recorda os meios pelos quais a misericórdia de Deus se fez conhecida, pontuando a centralidade desta prerrogativa na própria essência divina. Lembra as parábolas da misericórdia (ovelha extraviada, a moeda

perdida e o pai com os seus dois filhos – Lc 15,1-32), destacando que através dela “Jesus declara que a misericórdia não é apenas o agir do Pai, mas torna-se critério para individualizar quem são os seus verdadeiros filhos”. Acrescenta ainda que, “na Escritura a misericórdia é a palavra-chave para indicar o agir de Deus para conosco”. Consequentemente, toda essa verdade possui destinatários bem diretos, entre os quais estamos incluídos também nós, filhos da Igreja. Por isso, após falar da misericórdia na Bíblia (Antigo e Novo Testamento), reflete sobre a tarefa misericordiosa a ser exercida pela Igreja.

19. Começa afirmando que “a arquitrave que suporta a vida da Igreja é a misericórdia”. Disso provém o dever de toda sua vida pastoral estar envolvida com ternura no momento de dirigir-se aos crentes. Não basta que reverenciemos a misericórdia de Deus como expectadores piedosos. Urge necessário o comprometimento misericordioso no quotidiano da vida. Não nos esqueçamos de que a “primeira verdade da Igreja é o amor de Cristo”. Portanto, experimentando e partilhando esse amor estaremos exercitando a função mediadora da Igreja junto dos homens. Em continuidade com esta perspectiva Papa Francisco convida-nos à abertura do coração aos irmãos e irmãs habitantes das periferias da existência. Não apenas aos economicamente marginalizados, mas inclusive aos que vivem à margem da sociedade por diversas razões que o cristão é chamado a discernir sob a luz do Espírito Santo.

20. Exorta-nos também à reflexão sobre as *obras de misericórdia corporal e espiritual*. “Redescubramos as obras de *misericórdia corporal*: dar de comer aos famintos, dar de beber aos sedentos, vestir os nus, acolher os peregrinos, dar assistência aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos. E não esqueçamos as obras de *misericórdia espiritual*: aconselhar os indecisos, ensinar os ignorantes, admoestar os pecadores, consolar os aflitos, perdoar as ofensas, suportar com paciência as pessoas molestas, rezar a Deus pelos vivos e defuntos”. Conteúdo valioso eclipsado pelo imediatismo da vida contemporânea. Peço aos catequistas o cuidado de formar bem seus catequizandos nesse quesito. Ofereçamos condições suficientes para a formação da consciência segundo os preceitos da caridade e da verdade. Solicito igualmente aos padres, que incluam este tema nas homilias, pregações, encontros formativos e atividades pastorais. Acima de tudo, desejo profundamente que nossa Igreja diocesana viva com mais fervor e entusiasmo estas obras de misericórdia durante o ano santo e a partir dele até o dia que “Deus será tudo em todos” (1Cor 15,28).

21. Por fim, destaco a relação entre justiça e misericórdia ressaltada pelo Papa Francisco na Bula *Misericordiae Vultus*. Não consistem em duas realidades contrastantes, opostas ou inconciliáveis. São sim duas dimensões da única verdade que encontra na plenitude do amor sua culminância. Deus não rejeita a justiça, mas a engloba e a supera num evento superior que tem à base a experiência do amor que promove verdadeira conversão e desejo de emenda. Ser justo na compreensão bíblica equivale a reconhecer a Deus e servi-lo no próximo, sobretudo nos desprovidos de segurança material. Daí o cuidado do Antigo Testamento para com o órfão, a viúva e o estrangeiro. Daí as duras críticas proféticas a quem desobedece ao dever de justiça para com as vítimas da indiferença, do legalismo e da exploração. Tanto o Novo Testamento, quanto os primeiros cristãos, entenderam essa mensagem da antiga tradição religiosa dos judeus. A valorização do ser humano, a dignidade da mulher, o cuidado para com viúvas e órfãos, a assistência caritativa e a vida comum atestam o decidido empenho da Igreja primitiva na decisão por viver em tudo o que haviam recebido do Senhor.

22. Diante disso, cumpre notar que o Ano Santo da Misericórdia se impõe como renovado apelo à conversão não apenas dos incrédulos, mas antes de tudo dos batizados que precisam ser luz no mundo a fim de despertar a fé dos outros. Indico a leitura e meditação da Bula *Misericordiae Vultus*, bem como da Encíclica *Dives in Misericordia*, do Papa João Paulo II. Textos que se complementam e oferecem ricas pistas de reflexão e operação da vida pastoral no cotidiano das comunidades. Que o Senhor, rosto da misericórdia do Pai, nos

acompanhe neste momento singular da história humana. Que nosso coração seja dócil para acolhê-lo com ternura e decisão de sermos cristãos de fato.

3. Orientações litúrgico-pastorais

23. Papa Francisco ofereceu algumas orientações de caráter geral, confiando aos bispos a tarefa de indicar caminhos para a vivência do Jubileu nas Igrejas particulares. No dia 1 de setembro Papa Francisco publicou a Carta mediante a qual são concedidas as indulgências plenárias durante o ano jubilar. Atendendo ao pedido do Papa abriremos a Porta Santa na Catedral São José, com rito solene, no dia 13 de dezembro, durante a Missa das 9h 30min. Será momento de inédita fraternidade eclesial, por isso, é de suma importância a presença dos párocos e representantes de suas comunidades. Nas paróquias, neste mesmo dia e em horários diversos daquele adotado para a abertura da Porta Santa na Catedral, podem ser realizadas celebrações especiais, oportunidade de catequese e informação aos fiéis sobre o significado do Ano Santo e a importância de vivê-lo consciente, ativa e frutuosa.

24. Outro traço próprio do ano jubilar é a concessão da Indulgência Plenária. A doutrina das indulgências é parte integrante da teologia e da espiritualidade cristãs. Desde tempos muito antigos a Igreja ensina e oportuniza condições para que os fiéis tomem parte nas indulgências. O Concílio Vaticano II não descurou este tema, pois, entre seus frutos está a Constituição Apostólica *Indulgentiarum Doctrina* (Doutrina das Indulgências), promulgada pelo Papa Paulo VI, em 1º de janeiro de 1967. Este documento reforma a disciplina eclesial relativa à doutrina das indulgências, ressaltando sua centralidade cristológica e finalidade salvífica.

25. O Código de Direito Canônico define a indulgência como “a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, que o fiel, devidamente disposto e em certas e determinadas condições, alcança por meio da Igreja, a qual, como dispensadora da redenção, distribui e aplica, com autoridade, o tesouro das satisfações de Cristo e dos Santos” (cân. 992). Sendo assim, o que vem a ser as penas temporais? De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (nº 1472) são consequências do pecado, sequelas que permanecem mesmo após a remissão da falta, obstaculizando a relação entre Deus e o homem, sem, todavia, rompê-la definitivamente. O II Concílio de Lião (1274) prevê que essas penas são remidas após a morte mediante purificação (poenis purgatoriis) concedida por Deus. A doutrina indulgencial, por sua vez, ensina que as penas são desfeitas durante a vida, quando recebida a indulgência após devida preparação.

26. As indulgências, portanto, devem despertar em nós a esperança na beatitude eterna. Ao concedê-la, a Igreja, através da autoridade que lhe dá o próprio Cristo, objetiva enriquecer a vida espiritual dos fiéis. Tal doutrina não obscurece ou contradiz o sacramento da Reconciliação, ao contrário, reafirma seu imenso valor para o caminho de fé a ser trilhado por cada pessoa, rumo ao dia feliz em que “Deus será tudo em todos” (1Cor 15,28). Deste modo, essa doutrina está diretamente relacionada com a disciplina penitencial da Igreja e, como tal, convida-nos ao contínuo processo de conversão, que introduz e conserva nossa vida na dinâmica da salvação.

27. Por diversos meios podemos tomar parte no tesouro das indulgências. Por ocasião do Ano Santo temos a oportunidade de aceder a elas passando pelas “Portas Santas” das basílicas patriarcais de Roma e das demais catedrais espalhadas pelo mundo. Em Campo Mourão a Porta Santa está Catedral São José, aberta com rito solene e devidamente ornada, distinguindo-se das demais portas de acesso ao interior do templo. Conforme reza a tradição da Igreja, para lucrar a indulgência faz-se necessário o desejo sincero de viver longe do pecado, a confissão e a comunhão sacramentais e a oração em favor do Santo Padre. A estes preceitos, acrescenta-se agora o dever de ir à Catedral São José e passar pela Porta Santa,

sabendo ser ela sinal de Cristo que se auto-definiu como “porta das ovelhas” (cf. Jo 10,9). Não se trata de idolatrar no espaço sagrado o pórtico de ingresso na igreja. Este gesto consiste em valorizar a simbólica cristã e fazer memória da Páscoa por nós participada mediante o Batismo. O gesto de entrar na igreja pela Porta Santa aponta para a missão cristã de converter a existência em contínuo ingresso na vida nova dos filhos de Deus. A grande passagem que devemos continuamente fazer da luz à treva, da morte à vida, do pecado à salvação. Promovam-se, pois, peregrinações à Catedral São José asseverando piedade e devoção demonstrando ao mesmo tempo a unidade da Igreja local simbolizada pela Igreja-mãe. Para melhor encaminhamento dos trabalhos e comodidade dos fiéis, fica definido que as peregrinações devem acontecer aos domingos, para a Missa das 17h. Nesta ocasião os peregrinos hão de ser acolhidos defronte a Catedral, sendo convidados à meditações e ao Sacramento da Penitência, passando depois pela Porta Santa e culminando com a celebração da Santa Missa.

28. Tendo em vista o bem do povo cristão espalhado por nossa vasta Diocese, apoiando-me na atual disciplina das indulgências, concedo também a possibilidade de as mesmas serem lucradas na igreja matriz de cada paróquia em celebrações dominicais especiais. Deste modo, cada comunidade terá liberdade para se organizar e viver o jubileu com intensidade e frequência, sem perder o espírito de comunhão com as demais comunidades da Diocese. O pároco, em sintonia com o Conselho de Pastoral Paroquial e a coordenação paroquial de liturgia, elabore o calendário litúrgico com vistas à dinamização do Ano Santo na Paróquia. Outro aspecto a observar diz respeito ao Sacramento da Penitência. Seja facilitado aos fiéis o acesso ao Sacramento da misericórdia. Multipliquem-se os horários disponíveis e seja reforçado seu caráter celebrativo, vencendo a compreensão mágica ainda largamente presente entre os fiéis. Aproveite-se o Ano Santo para renovada catequese penitencial, repropndo a doutrina da Igreja em linguagem acessível e atualizada, sem nada perder de sua verdade e significação. Na Carta do dia 1º de setembro Papa Francisco concedeu a todos os sacerdotes o direito de perdoar o grave pecado do aborto durante o Ano Santo. Pede o Papa que “os sacerdotes se preparem para esta grande tarefa sabendo conjugar palavras de acolhimento genuíno com uma reflexão que ajude a compreender o pecado cometido, e indicar um percurso de conversão autêntica para conseguir entender o verdadeiro e generoso perdão do Pai, que tudo renova com a sua presença”. Convido os irmãos sacerdotes, a fim de que prestemos séria atenção ao pedido do Santo Padre. No dia 20 de novembro de 2016, Festa de Cristo Rei, encerraremos o Ano Santo fechando a Porta Santa, com o interior pleno de gratidão e renovado pela força que brota do coração misericordioso do Senhor. Até essa data teremos tempo suficiente para crescer na fé e na caridade.

29. Finalmente, desejo agora expor as propostas do clero de Campo Mourão para o Ano da Misericórdia, expressão da colegialidade presbiteral em favor da Igreja local. Estas estão divididas em três dimensões deveras importantes: Sacramental: intensificar o sentido e a prática dos sacramentos da reconciliação, da unção dos enfermos e da eucaristia. Elaboração de material formativo para penitentes, motivando e oportunizando o exame de consciência e a serenidade na vivência do Sacramento. Multiplicação dos horários de confissões. Formação permanente do Clero sobre o Sacramento da Reconciliação. Incentivo do Sacramento da Reconciliação como preparação para momentos fortes sacramentais a serem vividos pela pessoa e sua família (batismo, crisma, matrimônio, primeira eucaristia).

31. Caritativa: desenvolver amizade e maior solicitude com aqueles que, por impedimento ou decisão sentem-se fora da comunhão eclesial. Penso aqui nos casais em situação irregular perante o Sacramento do Matrimônio, nos revoltados com Deus e com a Igreja, nos indiferentes com relação à religião. Sejamos “Igreja samaritana”, que não discrimina, que exerce a caridade na verdade, que olha para a realidade de cada pessoa e da humanidade com os olhos de Jesus”, que favorece a dignidade pessoal e sabe acolher a todos,

num clima de fraternidade e misericórdia. Os padres sugerem que além do contato próximo, isso apareça também no cenário social e pastoral nos quais as comunidades se encontram envolvidas através de celebrações, caminhada penitencial, reflexões, divulgação nos meios de comunicação e procissões. Aproveitar a Solenidade de *Corpus Christi* e a Festa do Padroeiro para operar ainda mais esse propósito de aproximação e inclusão. Destinar 1% do Dízimo Paroquial para as Obras Sociais da Diocese, dando novo impulso às pastorais sociais. O Dízimo já tem sua aplicação social, entretanto, esta porcentagem será reforço a mais nesta dimensão tão importante e necessária.

32. Solidária: Os padres sugerem, igualmente, uma Campanha Diocesana em favor do Refeitório a ser construído na Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão. Este espaço será dedicado ao atendimento dos pacientes e seus acompanhantes, muitos deles provenientes de regiões distantes de Campo Mourão. Quantos deles são agentes de pastorais, membros efetivos das nossas comunidades paroquiais, quantos necessitados, desprovidos até do básico à vida digna. Assim sendo, urge a necessidade de a Igreja, mãe amorosa, ser também presença carinhosa nesse espaço onde a fé e a esperança são postas a toda prova. Já existem iniciativas de assistência organizadas por grupos diversos, dentre eles católicos, entretanto, ainda carecem de espaço adequado para o atendimento e a comodidade dos assistidos. Ciente disso a Igreja diocesana se propõe organizar coleta especial para a concretização deste projeto que partiu dos padres de Campo Mourão. Toda a Diocese se envolverá, pois os atendidos na Santa Casa de Campo Mourão provêm dos diversos municípios que compõem a nossa Diocese. Propõem-se, igualmente, empenhar esforços junto à Pastoral Carcerária e as Instituições de Recuperação: CTR e Lar Dom Bosco. Para isso, no Domingo da Misericórdia (2º Domingo da Páscoa) há de ser feita coleta especial. Para viabilizar tais medidas, criar-se-á uma comissão para Administrar o Fundo Diocesano da Misericórdia.

33. Concluindo minhas reflexões, desejo motivar realmente a abertura do coração para o tempo de graça que nos espera. Não percamos a oportunidade que nos é dada por Deus. Tantas gerações já passaram e tantas outras virão, sem, contudo, gozarem desta oportunidade. Somos realmente privilegiados, pois além de vivenciar o cinquentenário do Concílio Vaticano II, colhendo seus muitos frutos, podemos nos beneficiar com largueza da misericórdia divina a ser derramada sobre a humanidade inteira. Celebremos, com seriedade, verdade, disponibilidade e abertura do coração. Provemos da misericórdia e exercitemo-la no cotidiano da vida. Sejamos Igreja solidária, servidora e atenta à palavra do Senhor: “Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5,7).

34. Invocando a bênção do Deus todo misericordioso, deixo aqui meu abraço e os votos de fecunda vida espiritual, litúrgica e pastoral no Ano Santo que se inicia. Confio nossa Diocese à especial proteção da Virgem Maria, Mãe de Misericórdia, e a São José, padroeiro diocesano, homem justo e fiel. Aproveito o ensejo para recordar as gerações que nos precederam na missão evangelizadora neste solo abençoado. Tantos homens e mulheres, corajosos missionários que testemunharam a misericórdia em diversos tempos, lugares e modalidades. Relembro especialmente meu predecessor, Dom Virgílio de Pauli, 2º Bispo de Campo Mourão (1981-1999). Seu lema episcopal, *Dives in misericordia* (Rico em misericórdia), vivido com generosidade e empenho, continua a ecoar em nossa Igreja particular como testemunho a ser conservado e vivido por nós que prosseguimos a missão eclesial herdada dos nossos pais e mães na fé.

Campo Mourão – PR, aos cinco dias do mês de setembro, do ano do Senhor de dois mil e quinze.

+ Francisco Javier Delvalle Paredes
Bispo de Campo Mourão - PR